



A VIOLÊNCIA ESTRUTURAL DOS FEMINICÍDIOS NA LITERATURA LATINO-AMERICANA¹

STRUCTURAL VIOLENCE OF FEMINICIDES IN LATIN AMERICAN LITERATURE

Carlos Magno Gomes²

Resumo: Este estudo apresenta reflexões sobre a impunidade estrutural que atravessa as representações de feminicídio nas narrativas de Marina Colasanti, Arminé Arjona e Selva Almada, que contextualizam esse crime em sistemas patriarcais do Brasil, México e Argentina, respectivamente. Este recorte analisará como os códigos machistas relativizam a impunidade de criminosos ao mesmo tempo em que promovem a culpabilização e a desqualificação da vítima. Neste estudo, exploramos as representações literárias como arquivos sociais, levando em conta os conceitos de violência estrutural e as abordagens feministas de Rita Laura Segato (2013), Julia Fragoso (2010) e Lia Zanotta Machado (2010). Metodologicamente, a violência está sendo vista como um código machista de punição e controle do corpo da mulher.

Palavras-chave: Violência contra a mulher. Literatura comparada. Códigos misóginos.

Abstract: This study presents reflections on the structural impunity which crosses the representations of femicide in the narratives of Marina Colasanti, Arminé Arjona and Selva Almada, which contextualize this crime in patriarchal systems in Brazil, Mexico and Argentina, respectively. This excerpt will analyze how the male chauvinist codes relativize the impunity of criminals while promoting the blame and disqualification of the victim. In this study, we explore literary representations such as social archives, taking into account the concepts of structural violence and feminist approaches by Rita Laura Segato (2013), Julia Fragoso (2010) and Lia Zanotta Machado (2010). Methodologically, violence is being seen as a male chauvinist code of punishment and control of the woman's body.

Keywords: Violence against women. Comparative literature. Misogynist codes.

¹ Artigo recebido em 15 de janeiro de 2020 e aceito em 15 de março de 2021.

² Professor de Teoria Literária da graduação e pós-graduação da UFS/CNPq e atua no PPGL e no PROFLETRAS. Editor da Revista Interdisciplinar de Língua e Literatura. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9070-9010>. E-mail: calmag@bol.com.br.

Este artigo apresenta um estudo acerca da impunidade nos casos de feminicídio no imaginário literário latino-americano e compara as formas como Marina Colasanti, Arminé Arjona e Selva Almada questionam valores patriarcais do culto da masculinidade em suas narrativas. Propomos um estudo acerca da impunidade pelo duplo prisma da relativização da gravidade do crime e da culpabilização da mulher. Estamos interessados em dois tipos de feminicídios: o executado por conhecido, marido, namorado ou amante, nos casos de violência conjugal; e o praticado por desconhecido, quando a vítima é assassinada por um ou mais homens desconhecidos. Nos dois casos, há uma regulação social de impor o medo e o pavor como um código machista³ (GOMES, 2018, 2020).

Para este artigo, retomamos o debate em torno do feminicídio e da impunidade que paira nos casos representados nas narrativas: “Porém igualmente”, da coletânea *Um espinho de marfim e outras histórias* (1999), de Marina Colasanti, que descreve um crime conjugal e o silêncio dos vizinhos e familiares; “Ni la santa Muerte”, de *Delincuentes: historias del narcotráfico* (2005), de Arminé Arjona, que opta por esmiuçar como traficantes impõem sua virilidade pela força às mulheres; por fim, *Garotas Mortas* (2014), de Selva Almada, que pesquisa a impunidade de três feminicídios décadas depois dos inquéritos terem sido arquivados no interior da Argentina.

Nesses textos, estão relacionados valores morais que dão sustentação à impunidade masculina, presente tanto nas falhas de investigação como no silenciamento da mulher vítima de agressões físicas e psicológicas. Em comum, as três autoras registram os valores sociais que dão sustentação às “relações desiguais de gênero”, ao questionarem o elogio masculino da força e da agressividade em contrapartida à imposição da subordinação do corpo feminino (MACHADO, 2014, p. 124).

A revisão dessas representações literárias, a partir do enfoque feminista, amplia nossa capacidade de problematizar e questionar os sentidos do feminicídio, visto como um crime, que é regulado por códigos machistas, quando entendido e assimilado coletivamente, pois se trata de violência praticada “em estilo punitivo” cujos “atos se comportam como uma língua capaz de funcionar eficazmente para os entendidos” (2013, p. 31)⁴. Nesses casos, a impunidade está sendo vista como um recurso moral coletivo que culpabiliza a mulher para relativizar a gravidade do crime, escamoteando uma normatização que banaliza os inquéritos de feminicídios.

³ Esta pesquisa é financiada pelo CNPq e abrange estudos comparados de diferentes formas de feminicídios em obras do Brasil, Argentina e México.

⁴ Para este artigo, usamos os dados coletados por Rita Laura Segado acerca dos mecanismos de impunidade nos casos de feminicídios em Ciudad Juárez em uma tradução nossa (2013).

Tal estratégia é regulada por valores coletivos que primam por silenciar a mulher e estão presentes em diversos discursos institucionalizados como o religioso, o jornalístico e o jurídico. Esses discursos ainda repetem valores relacionados à defesa da legítima honra masculina e a desqualificação da vida sexual da mulher, segundo atestam pesquisas feitas por Rita Laura Segato (2013) e Juliana Fragoso (2010), sobre o México e Argentina, e por Lourdes Bandeira e Maria José Magalhães, sobre o aniquilamento simbólico de vítimas de feminicídios no Brasil e em Portugal (2019).

Tradicionalmente, esses discursos são ratificados por argumentos que reforçam o medo e a culpa das mulheres, quando observamos que há uma “legitimação do poder de gênero instaurado legalmente de controle e castigo dos homens, com a recíproca culpabilização das mulheres” (MACHADO, 2014, p. 108). A postura questionadora da crítica feminista é fundamental para refutarmos esses argumentos sustentados por pontos de vista misóginos e referendados por valores morais coletivos.

Particularmente, na literatura de Colasanti, identificamos reflexões sobre a violência conjugal com representações de feminicídios praticados por maridos ciumentos e possessivos. No Brasil, essa violência, por muito tempo, ficou renegada a um plano menor, visto que era considerada crime de bagatela, envolvendo as tensões entre direitos privados e relações abusivas. Na literatura de Almada e Arjona, o feminicídio está atravessado por questões sociais e econômicas que vitimizam mulheres vulneráveis e consideradas de segunda classe na Argentina e México, respectivamente. Nos três países, a revisão da violência contra a mulher como crime menor tem mudado a partir de leis que criminalizam o feminicídio.

A seguir, passamos a analisar como a impunidade é criticada esteticamente em “Porém igualmente”, de Marina Colasanti.

A impunidade conjugal

Neste tópico, vamos retomar o modelo parótico desenvolvido por Marina Colasanti para questionar os valores morais em torno do feminicídio conjugal⁵. Esses casos estão relacionados a outros tipos de violência de gênero como espancamentos, assédio moral, relacionamento abusivo, entre outros. A mulher é humilhada pelo companheiro que lhe impõe castigos severos como forma de controle familiar. Na coletânea *Um espinho de marfim e outras histórias* há diferentes formas de representação da opressão masculina. Por exemplo, há contos que parodiam o imaginário mágico dos contos de fada como “A moça tecelã”; há narrativas que metaforizam a esposa-boneca, uma mulher maculável construída

⁵ Uma versão ampliada de um estudo sobre o feminicídio nos minicontos de Maria Colasanti está publicada na Revista Ártemis da UFPB em 2019.

para atender aos desejos do homem, como “Por preço de ocasião”; e há também narrativas que retomam crimes cruéis contra a mulher como em “Uma verdadeira história de amor”. Nesses últimos contos, a ironia ácida desnuda o imaginário da posse do corpo da mulher, identificada na ideia do “preço” da esposa, no primeiro exemplo; e, no segundo, a referência a uma “verdadeira história” que acaba com a companheira queimada em um momento de tédio do marido. Esse jogo de ironias montado entre os títulos e o comportamento das personagens reforça a estética da desregulação de gênero na literatura de Colasanti (GOMES, 2019).

No miniconto “Porém igualmente”, não é diferente. O título nos convida a pensar em uma contradição que nos coloca diante de valores sociais que padronizam a impunidade masculina. Esse modelo estético merece destaque por sua performance de condensação de poucas imagens que nos remetem à perversidade masculina. Assim, como nos contos citados antes, a violência conjugal é praticada por um homem egoísta, vazio e bruto, predestinado a impor sua força como controle do corpo da mulher. Mesmo sendo espancada, há um silenciamento em torno do sofrimento da mulher: “É uma santa. Diziam os vizinhos. E D. Eulália apanhando” (COLASANTI, 2012, p. 41). Para Pasinato (2011) e Machado (2014), essa violência está relacionada a valores de longa duração, que pregavam o silenciamento para os abusos cometidos pelos maridos.

Os conhecidos e familiares sabiam daquelas punições, todavia, em vez de denunciarem, optam por elogiar a mulher que apanhava calada, promovendo-lhe a condição de “santa” e “anjo” (COLASANTI, 2012, p. 41). Essa forma de ver a mulher espancada corrobora com práticas de violência doméstica, pois, ironicamente, desqualifica aquela que aceita os castigos ao permanecer do lado de companheiros violentos.

O jogo irônico de “Porém igualmente” reforça o questionamento literário em torno do brutal silêncio da família e dos vizinhos diante dos espancamentos sofridos pela esposa. Se os castigos são aceitos coletivamente, eles passam a fazer parte das normas desse casamento. Com essa luz de alerta acesa, a literatura de Colasanti desmascara o silêncio estrutural, que faz parte de muitos casos de feminicídios, visto que as agressões físicas e psicológicas sinalizam para um perigo maior. Tais normas são reguladas pelo “contrato conjugal”, nos moldes patriarcais, demandando “a reciprocidade entre a fidelidade da sexualidade feminina e o papel tradicional provedor dos homens” (MACHADO, 2010, p. 121).

Nos casos de violência conjugal, as vítimas de feminicídio, quase sempre, são espancadas ou sofrem agressões psicológicas, mas preferem se calar com medo de apanharem mais. Ao representar a lógica dessa agressão, a literatura de Colasanti denuncia a violência masculina responsável pela “maior parte dos homicídios de mulheres” que são cometidos em espaços domésticos, “por seus

parceiros íntimos ou conhecidos” (PASINATO, 2011, p. 242). No conto não é diferente, estruturalmente, a violência não é privada, pois é aceita pelos vizinhos e familiares, denotando que se trata de um código coletivo de castigo da mulher.

Nesse contexto, o silêncio dos que presenciam a violência é fatal, pois o criminoso intensifica os castigos: “o marido, depois de surrá-la, jogou-a pela janela” (COLASANTI, 2010, p. 41). Tal ação fatal desnuda as sutilezas da violência conjugal, que às vezes se inicia com um grito descontrolado, com uma proibição cuidadosa, que vão sendo ampliadas para ações descomedidas de castigos físicos e humilhações públicas como acontece com D. Eulália. Esse corpo espancado é visto como parte do contrato conjugal e segue uma lógica misógina da agressão como exercício de masculinidade, pautada pelo “controle e posse da mulher, desejo de ter, desejo de não perder, desejo de que as mulheres nada queiram a não ser eles mesmos” (MACHADO, 2010, p. 14).

Tal violência está relacionada ao pertencimento conjugal e é relativizada por ser um crime da esfera privada. Com esse modelo irônico de produzir literatura, Colasanti opta por um final que traz a visão ambígua de uma sociedade que pune suas mulheres simplesmente por serem mulheres. Assim, a ideia da omissão social fica registrada como desencadeadora da fatalidade anunciada nos primeiros espancamentos: “D. Eulália rompeu em asas o voo de sua trajetória” (COLASANTI, 2012, p. 41). Todavia, no campo dos direitos humanos, essa representação aponta o perverso silenciamento coletivo quando se trata de crimes praticados na esfera conjugal.

Nessa narrativa, os castigos físicos se transformam em estratégias de desqualificação da mulher. Mesmo sendo agredida todos os dias, D. Eulália não recebe ajuda, indicando que aquele tipo de castigo era aceito por sua comunidade. Ao aceitar castigos físicos para uma esposa, a comunidade está abrindo a possibilidades para o feminicídio, que se configura no ápice da tortura conjugal: “ponto final em um *continuum* de terror” (PASINATO, 2011, p. 224).

Portanto, neste conto, Colasanti explora a ironia para denunciar a contradição coletiva com a morte de D. Eulália como assinalado no final da narrativa: “Porém igualmente se surpreenderam” (COLASANTI, 2012, p. 41). Ora, ao questionar a surpresa de vizinhos e familiares, o conto desmascara uma sociedade que ainda acredita que os castigos conjugais devem ser tratados como problemas privados. Assim, no campo estético, a autora questiona discursos que relativizam os castigos sofridos na esfera conjugal, pois o silêncio compactua com a violência estrutural. Pelo prisma feminista, a literatura de Colasanti toca em uma ferida ainda aberta na sociedade brasileira: a violência conjugal, mantida por valores coletivos pautados pela perversa moral machista que relativiza as atitudes masculinas para cobrar como contraparte: “a submissão e a vergonha das e nas mulheres” (MACHADO, 2014, p. 107).

Ao questionar valores morais que dão sustentação à violência conjugal, o conto de Colasanti denuncia a violência estrutural de gênero como um código coletivo. Essa mesma perspicácia será encontrada na literatura da mexicana Arminé Arjona como veremos na continuidade deste artigo.

O desnudamento da virilidade

Neste tópico, vamos analisar as estratégias de impunidade presente nos casos de assédio sexual no contexto do tráfico de drogas no México a partir do conto “Ni la santa muerte”, de Arminé Arjona, por meio dos estudos de Frago e Segato. A coletânea *Delincuentes: historias del narcotráfico* é considerada um referencial acerca da representação da degradação humana imposta pelo crime organizado, pois traz uma versão que pormenoriza diversas situações em que violência e uso de drogas se confundem. Arjona explora essa degradação ao registrar o cotidiano de mulheres envolvidas no transporte da droga. Apesar de fazerem o serviço mais pesado, são vistas como extensão da masculinidade, por isso sujeitas a abuso e à sorte da proteção de um criminoso.

Historicamente, desde a última década do século XX, em Ciudad Juárez, as mulheres vítimas de violência são menosprezadas ao serem confundidas com prostitutas ou mulheres festeiras. No entanto, essa premissa misógina esconde um desprezo maior pelas mulheres. Nesse contexto, “mais que qualquer outro lugar, se torna real o ditado ‘corpo de mulher: perigo de morte’, pois se trata de um espaço em que globalização e neoliberalismo se confundem com a ganância da exploração de trabalhadoras” (SEGATO, 2013, p. 11). Nos territórios em que o crime organizado se confunde com valores machistas, a rasura entre a força e os valores morais fica mais tênue e reforça os mesmos mecanismos que encontramos nos casos da violência conjugal, pois o corpo da mulher é agredido ou estuprado pela lógica misógina⁶.

Cabe destacar que a literatura de Arjona explora um realismo que nos coloca cara a cara com valores machistas, expondo a fragilidade da vida das mulheres no meio de narcotraficantes, registrando como as mulheres são exploradas duplamente. Seus textos nos possibilitam outros ângulos dos crimes de Ciudad Juárez ao focar nas imposições do narcotráfico, mas sem deixar de registrar a vulnerabilidade das mulheres naquele espaço regido pela força e pelas armas. Com isso, a autora ratifica que o crime organizado explora o *modus operandi* do aniquilamento do corpo da mulher pregado pelos valores patriarcais por meio do terror armado.

⁶ Os feminicídios marcaram Ciudad Juárez no final do século XX. Milhares de trabalhadoras foram assassinadas brutalmente conforme estudos de Frago (2010) e Segato (2013).

Em “Ni la santa muerte”, temos uma mulher ameaçada por arma de fogo, sendo obrigada a aceitar o convite para dançar. O conto se inicia com o desespero de uma mulher que vê uma arma apontada para seu pescoço. Este tipo de intimidação vai além do assédio e foi registrado nos inquéritos de diversos feminicídios daquela região, que são regidos pelas ameaças com agressão física e com “armas de fogo, objetos cortantes e o corpo do agressor” (FRAGOSO, 2010, p. 236). A narradora é abordada e ameaçada por um narcotraficante durante uma festa em um sítio longínquo. A descrição de assédio e de ameaça de morte acontece por etapas. De início, a jovem aceita o convite para bailar, mas alerta que seus pés estão machucados depois de um longo dia de caminhada até chegar àquele esconderijo: “- Órale, no más dos piezas por que estoy reventata de los pies. Caminé mucho” (ARJONA, 2005, p. 24).

Pelas regras do narcotráfico, o convite de um criminoso não pode ser recusado, pois ele ostenta o poder da arma de fogo. A jovem está em estado de pavor. Seu assediador havia consumido muita coca e estava com péssima coordenação motora: “La verdad no quise negarme porque andaba bien loco y más que nada me convenció la traía fajada en el cinturón piteado” (ARJONA, 2005, p. 25). Nesse caso, o assédio sexual é visto como “um ato intencional de poder e força com um fim pré-determinado, pelo qual uma ou mais pessoas produzem abusos físicos, metais ou sexuais” (FRAGOSO, 2010, p. 234).

O contexto de pavor e medo é captado pelos detalhes dessa narrativa como as tensões de gênero, que são minuciosamente registradas em diversos contos dessa coletânea. Nos espaços dominados pelo narcotráfico, sobreviver passa a ser uma meta da mulher, visto que a morte é uma estratégia de dominação e pânico social para as sobreviventes. A vida é tida como um prêmio, mas ela é balizada por valores punitivos, pois é constantemente ameaçada pela “exibição do poder de morte para os destinados a permanecer vivos” (SEGATO, 2013 p. 20-21). Essa premissa de educar pelo medo se concretiza por meio de silenciamentos e pela omissão do Estado em punir criminosos.

No conto de Arjona, depois de dançarem duas canções, a narradora não aguenta mais, já que seus pés doem muito. Ela consegue se livrar do assediador e dorme um pouco no chão. Mas é acordada, com a tentativa de ele beijá-la a força, ela lhe empurra e pede para ser deixada em paz. Todavia, depois de ser rejeitado duas vezes, o narcotraficante passa a agir com ódio e a ameaça de morte, pois não aceita desculpas, sacando e proferindo o rebaixamento daquela que ousou não obedecer seus desejos: “Alcanzo a oír una risotada, y el cabrón que me apunta, me dice: “Ya te cargó la jodida. Ni la Santa Muerte te salva de esta” (ARJONA, 2005, p. 23). Sem meio termos, o corpo da mulher transgressora passa a ser alvo de uma punição severa. Esse tipo de ameaça é muito comum no contexto do narcotráfico como ressalta Julia Fragoso (2010).

Além de dar visibilidade à vulnerabilidade feminina, o conto traz uma reflexão sobre como as mulheres são exploradas em papéis submissos pelo narcotráfico. Tal opção estética nos coloca frente a frente com as normas estruturais da violência de gênero, que mesmo dentro de organizações criminosas os valores patriarcais são repetidos para a garantia da supremacia masculina. Tal código machista é reconhecido coletivamente, pois se trata de uma “grande máquina comunicativa cujas mensagens se tornam inteligíveis somente para quem, por uma ou outra razão, se adentrou no código” (SEGATO, 2013, p. 12). Na narrativa de Arjona, a violência é um desdobramento da masculinidade, garantida pelo domínio das armas de fogo. Essa prerrogativa se configura para homens mais preocupados em exibir seu arsenal de golpes e armas do que no prazer sexual.

Na ficção, o agressor, ao decidir executar aquela que o rejeitou, reforça o quanto a mulher é usada como uma estratégia de poder. A festa está repleta de casais bêbados e drogados, mas a narradora não tem ajuda de ninguém. Esse silêncio dos presentes comunga com o ritual de execução daquela que desobedece a lei do predador, reforçando as normas do gênero que são atravessadas pela “desigualdade na qual convivem as garotas e mulheres em espaços privados e públicos” (FRAGOSO, 2010, p. 233). Agredir e executar uma mulher dá status ao criminoso, já que o poder de punir é parte das regras.

Mas nem tudo está perdido na ficção de Arjona, que opta por um final surpreendente, ao focar no descontrole do agressor, que consumiu bebidas alcoólicas e coca. Esteticamente, a ameaça à vítima reforça o poder do agressor. Nada poderia ajudá-la, nem mesmo a santa protetora dos mexicanos: ““Ni la Santa Muerte, ni la Santa Muerte, repetía desquiciado” (ARJONA, 2005, p. 25). Tal ameaça é uma estratégia de o agressor manter o domínio da situação, mascarando seu descontrole.

De olho fechado, a jovem não consegue ver que o criminoso não consegue manejar a arma de forma adequada, tropeçando e se ferindo gravemente nos testículos. Desesperado e sangrando, ele pede para ser executado por um dos parceiros, pois não aceita a humilhação de não ter matado aquela que o rejeitou. Essa cena final reforça a presença do código machista da honra. Sem poder consumir o feminicídio, o homem perde espaço entre seus comparsas, deixando de ser respeitado como um igual.

Assim, no espaço do narcotráfico, as mulheres estão sujeitas a sanções tão perversas quanto as impostas por homens comuns. Ao reconhecer que a violência contra a mulher é parte de códigos sociais que vão além do narcotráfico, essa autora denuncia normas de castigo e punição feminina aceitas coletivamente. Assim, por trazer marcas de gênero, a questão da honra e do culto da virilidade, o crime relatado não pode ser visto apenas como um caso específico de narcotraficantes. Ele é atravessado pelo desejo de aniquilamento da mulher transgressora como regulado pela violência estrutural hegemônica.

Especificamente, Arjona destaca a desigualdade de gênero com a banalização dos assédios e dos crimes contra as mulheres. Sua técnica de aproximação dos valores morais, identificados na sociedade cível, dos praticados pelos narcotraficantes reforça que os crimes contra a mulher fazem parte da mesma estrutura de violência machista. Ao rasurar essas fronteiras, sua narrativa vai além das estratégias do crime organizado, despindo valores morais compartilhados coletivamente e impulsionadores dos sequestros, cárceres privados, estupros e mutilações impostos às mulheres.

Essa mesma dinâmica machista que passa pelo silenciamento da mulher e pela impunidade masculina é relatada por Selva Almada, em seu romance autobiográfico, como veremos a seguir.

O silenciamento das vítimas

No texto de Selva Almada, *Garotas mortas*⁷ (2018), há diversos exemplos de feminicídios cujas vítimas sofrem diversos tipos de violência estrutural de gênero. Em muitos casos, a mulher é vítima de emboscada, sequestro, estupro e/ou homicídio, mas prevalece a impunidade em torno desses casos. Essa obra pertence ao gênero autobiográfico com coleta de depoimentos de testemunhas e familiares dos casos de: Andrea Danne, María Luisa e Sarita, “adolescentes do interior assassinadas nos anos 80, três mortes impunes ocorridas quando em nosso país ainda se ignorava o termo feminicídio” (ALMADA, 2018, p. 13). A narradora é a própria autora que passa a descrever diversos episódios de violência, alternados por esses casos centrais.

Ao se debruçar sobre os feminicídios de mulheres do interior da Argentina, relendo inquéritos policiais e notícias de jornais, outras dezenas de crimes de gênero são narrados no decorrer da investigação, reforçando a premissa de que há uma estrutura hegemônica de controle do corpo da mulher pela violência. Tais mortes estão relacionadas ao culto da virilidade masculina e a desqualificação da mulher, reforçando a dinâmica machista de sacrifício da mulher como uma contrapartida do status masculino “como um título” (SEGATO, 2013, p. 24).

Andrea Danne foi assassinada em novembro de 1986, em seu quarto, enquanto dormia, na cidade de San José, Entre Ríos. Esse crime sempre incomodava a narradora quando voltava em suas lembranças após a divulgação de um novo feminicídio. Anos depois em uma viagem de férias, Almada se deparou com a recordação desse crime que lhe impulsionou a pesquisar outros casos de jovens assassinadas: “Casos que não terminavam com a morte da mulher, mas em que ela era objeto da misoginia, do abuso, do desprezo” (ALMADA, 2018, p. 13).

⁷ Essa obra foi publicada na Argentina com o título *Chicas muertas* em 2014.

Andrea era universitária, tinha muitos amigos e um namorado. Mas o fato de não ter sido preservada a cena do crime nunca houve pistas definitivas para que se identificar um culpado. Entre os suspeitos, estavam um vizinho e o namorado, mas não houve nenhum fato que os ligassem ao crime. No imaginário dos moradores de San José, os pais são suspeitos, sugerindo “a ideia do sacrifício” (ALMADA, 2018, p. 46). Ao ecoar uma morte como um sacrifício praticado pelos pais, esse caso reforça valores morais que controlam o comportamento sexual de jovens solteiras. Simbolicamente, ela foi punida por algo de errado que teria feito, daí um certo silenciamento da família em relação a esse caso.

O segundo feminicídio investigado por Almada, o de María Luisa, impressiona pela brutalidade imposta à adolescente. Na tarde de um feriado, sem avisar a mãe, ela se encontrou com duas novas amigas, Norma e Elena, e depois seguiu seu caminho de casa. Todavia nunca chegou ao seu destino. Ela foi violada e estrangulada com o cinto que usava, aos 15 anos, em dezembro de 1983, depois de sair do trabalho na cidade Presidencia Roque Saénz Peña, Chaco.

Em depoimentos contraditórios, ela foi vista por um frentista do posto de gasolina em companhia dessas amigas e três homens, entre eles, Gómez, um assediador de jovens. Diante do juiz, nem as amigas, nem o frentista repetiram essa versão. Para o irmão, Yogue Quevedo, as amigas tinham “a culpa de levá-la para um mau caminho. Como se a morte fosse um castigo por algo de errado que ela andava fazendo” (ALMADA, 2018, p. 68). O ponto de vista do irmão está relacionado ao imaginário estrutural da violência que desclassifica as vítimas. Assim, o possível castigo para María Luisa é sustentado por valores morais que punem aquelas que perdem sua pureza.

Tal visão de que María Luisa andava fazendo algo de errado passou a fazer parte dos comentários maldosos sobre seu homicídio, visto que, apesar de ser uma adolescente em seu primeiro emprego, falsas pistas do crime passaram a ser divulgadas pela imprensa local: “não foi violentada, mas que já tinha vida sexual ativa”; e que ela “saía com um homem casado” (ALMADA, 2018, p. 103). Ao expor informações que a desqualificam, a narradora questiona a suspeição que recai nessa vítima. Tal aniquilamento pode ser visto como uma estratégia para relativizar a culpa dos criminosos e amenizar a amargura daqueles que entendem o feminicídio como um fim injusto (SEGATO, 2013, p. 35).

O terceiro caso de feminicídio, investigado por Almada, traz um aniquilamento simbólico mais marcante, por resgatar a história sexual pregressa de Sarita, desaparecida, em dezembro de 1988, em Villa Nueva, Córdoba. Por ter tido um passado de envolvimento com prostituição e por manter um caso com um empresário do ramo dos frigoríficos, ela foi rebaixada como uma mulher de segunda classe. Seu relacionamento com Oliveira já tinha esfriado e ela tentava

se esquivar de ficar a sós com ele. Antes de desaparecer, Sarita foi convidada por seu protetor para um passeio do qual nunca voltou.

Na mesma região onde Sarita desapareceu, a autora destaca que, desde 1977, há mais de 20 feminicídios impunes que impactaram a comunidade local. Em 2002, a autora cita o assassinato de Marieta “La Condorito” López, “uma prostituta com deficiência mental que apareceu degolada e envolta numa manta, num terreno baldio da cidade” (ALMADA, 2018, p. 87). Esse caso revoltou a cidade e teve como resultado a criação de uma associação para ajuda às famílias das vítimas. Nesse mesmo ano, a taxista Mónica Leocato apareceu estuprada e estrangulada em uma estrada rural por um possível passageiro. Já em 2005, Mariela Bessonart desaparece depois de ser vista pela última vez na presença do seu ex-marido. Esses crimes impunes reforçam a premissa de aniquilamento da vítima e a conivência do Estado. No campo simbólico, as vítimas desses feminicídios tiveram um fim injusto, mas essa comoção não é capaz de reverter valores de longa duração de desqualificação da mulher.

No caso de Sarita não é diferente, identificamos um silenciamento estrutural produzido por valores morais, que castigam a prostituta que rejeitou seu protetor. Tais associações reforçam o quanto a impunidade e a desqualificação da mulher fazem parte da mesma escala moral de julgamento das vítimas. Meses depois de seu desaparecimento, a irmã, Mirta, foi chamada para identificar o corpo de Sarita, mas só conseguiu ver um amontoado de ossos “disseram que aqueles ossos eram de Sarita, uma porção de ossos limpos... Para mim, aquilo que me mostravam não passava de um monte de ossos” (2018, p. 83-4). Essa imagem dos ossos tanto nos remete ao silenciamento da vítima, como às diversas vítimas dessa violência estrutural.

A impunidade nesse caso é fruto da frágil investigação e de interrogatórios suspeitos como o depoimento da esposa do acusado, que testemunhou a favor do marido, possibilitando um alibi, ao afirmar que no dia do desaparecimento de Sarita, Oliveira estava com ela em outra cidade. A falta de uma investigação mais detalhada reforça o quanto não havia uma preocupação de o Estado solucionar esses casos. Tal perspectiva é registrada pelo olhar da irmã: “percebo que há outra mulher morta que ninguém reclama ou pela qual a família ainda está procurando: aquela trouxinha de ossos sepultados com o nome de Sarita” (ALMADA, 2018, p. 85). A trouxa de ossos sintetiza o silenciamento que paira em torno dos feminicídios e o descaso da sociedade argentina de solucioná-los.

Estrategicamente, ao resgatar os casos de feminicídio, Almada assume um compromisso de dar voz para mulheres duplamente silenciadas pela morte e pela culpabilização que recaiu sobre elas, questionando a lógica misógina da impunidade. Por esse prisma, a metáfora da catadora de ossos que atravessa toda

a narrativa fortalece o lugar de fala da autora interessada em juntar a memória dessas vítimas e lhes dar a chance de ecoar seus gritos de resistência: “recolher os ossos das garotas, armá-las dar-lhes voz e depois deixá-las correr livremente para onde tiverem que ir” (ALMADA, 2018, p. 34).

Ao resgatar a voz de Andrea, María Luisa e Sarita, Almada questiona os mecanismos de impunidade ainda presentes nos inquéritos de feminicídios, desmascarando a lógica machista por trás de desqualificação das vítimas. Ao registrar as falhas no processo de investigação, a autora retoma a versão dos familiares que reconhecem os culpados, que permanecem livres, visto que nenhuma prova robusta foi apresentada para que os mesmos fossem punidos. Nos três casos, os depoimentos contraditórios reforçam a violência estrutural de gênero que primeiro questiona a vida pregressa da mulher antes de produzir uma investigação detalhada dos crimes.

Considerações finais

As obras de Marina Colasanti, Arminé Arjona e Selva Almada nos convidam a repensar os valores morais que sustentam a violência estrutural hegemônica. Por esse ângulo, revisar os discursos silenciados, deslocando os incômodos sociais em torno dessas mortes, possibilita-nos ampliar os dispositivos culturais que empurram as mulheres para julgamentos morais aniquiladores. Os feminicídios relatados na ficção vão além do campo literário por trazerem a visão questionadora das escritoras e valores patriarcais ainda correntes no Brasil, México e Argentina, respectivamente.

Esse modelo de desregulação da violência estrutural desloca a postura punitiva dos agressores e descentra a violência simbólica das relações de gênero. Colasanti, em “Porém e igualmente”, destaca a omissão da família e dos vizinhos em casos de violência doméstica como um agravante do crime. Arjona propõe uma reflexão sobre os códigos machistas dos narcotraficantes, em “Ni la Santa Muerte”, que repetem a cartilha do culto da virilidade como modelo de masculinidade; e Almada, em *Garotas Mortas*, desnuda os valores morais argentinos como impulsionadores da impunidade dos feminicídios investigados, visto que a fragilidade dos inquéritos se misturam com a culpabilização das vítimas.

Tais relatos reforçam uma perspectiva feminista de desregulação de gênero, traduzida nas estratégias estéticas de cada autora. Colasanti na primorosa construção irônica; Arjona pelo paralelismo entre a violência patriarcal e a praticada pelo narcotráfico; e Almada pela coleção de ossos que ela vai juntando em sua autobiografia com a finalidade de dar voz às vítimas. Essas autoras deslocam o imaginário masculino opressor e a submissão feminina para ressaltar uma li-

teratura atravessada por questões ideológicas e políticas, quando priorizam a revisão dos atenuantes e do silenciamento que pairam em torno de feminicídios. Portanto, questionar os sentidos desse crime no contexto latino-americano é também revisar o rebaixamento imposto às vítimas pelos discursos misóginos.

Referências

- ALMADA, Selva. **Chicas muertas**. Buenos Aires: Literatura Random House, 2014.
- ARJORNA, Arminé. **Delicuentes**: historias do narcotráfico. Ciudad Juárez: Al Límite Editores, 2005. p.23-26.
- BANDEIRA, Lourdes; MAGALHÃES, Maria. A transversalidade dos crimes de femicídio/feminicídio no Brasil e em Portugal. **Revista da Defensoria Pública do Distrito Federal**. Brasília, v. 1, n. 1, p. 29-56, 2019. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/123178/2/361526.pdf>. Acesso em: 10 out. 2019.
- COLASANTI, Marina. **Um espinho de marfim e outras histórias**. Porto Alegre: L&PM, 2012.
- FRAGOSO, Julia E. Monárrez *et al.* (Coords). **Violencia contra las mujeres e inseguridad ciudadana en Ciudad Juárez**. Tijuana: El Colegio de la Frontera Norte; México-DF: Miguel Ángel porrua, 2010.
- GOMES, Carlos Magno. Uma perspectiva antropológica do feminicídio nos contos de Marina Colasanti. **Revista Ártemis - Estudos de Gênero, Feminismos e Sexualidades**, v. 27, n. 1, p. 392-405, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/artemis/article/view/41101/27538>. Acesso em: 15 mar. 2021.
- GOMES, Carlos Magno. Regulações do estupro em Lya Luft e Patrícia Melo. **Estudos Linguísticos e literários**. Salvador, UFBA, n. 59, p. 76-93, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/estudos/article/view/28854/17077>. Acesso em: 02 nov. 2020.
- GOMES, Carlos Magno. A hostilidade do feminicídio em Nélida Piñon. **Acta Scientiarum Language and Culture**. Maringá, UEM, v. 42, p. 1-9, 2020. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciLangCult/article/view/52167/751375150074>. Acesso em: 30 out. 2020.
- MACHADO, Lia Zanotta. **Feminismo em movimento**. São Paulo: Francis, 2010.
- MACHADO, Lia Zanotta. O medo urbano e a violência de gênero. In: MACHADO, Lia Zanotta *et al.* (Orgs.). **A cidade e o medo**. Brasília: Verbena/Francis, 2014. p. 103-125.
- PASINATO, Wânia. Feminicídios e as mortes de mulheres no Brasil. **Cadernos Pagu**, Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero, v. 37, p. 219-246, 2011.
- SEGATO, Rita Laura. **La escritura en el cuerpo de las mujeres asesinadas en Ciudad Juárez**. Buenos Aires: Tinta Limón, 2013.